

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA SOBRE ÍNDICES DE EMPREGABILIDADE EM SUMÉ – PB, ENTRE 2010 E 2015

Allan Gustavo Freire da Silva¹

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, professor da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, (83) 3353-1850, campus Sumé - PB, allangfs@hotmail.com .

Rosilene Dias Montenegro²

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, professora da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, (83) 3353-1850 rosilenemontenegro@gmail.com .

Nadine Gualberto Agra³

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, professora da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, (83) 3315-3300, nadineagra@yahoo.com.br .

RESUMO

A interiorização das universidades visou, sobretudo, à expansão dos centros universitários federais e a criação de novas oportunidades. Desse cenário, foi criado em 2009, no município de Sumé - PB, o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA, com o intuito de suprir lacunas socioeconômicas, e oferecer educação superior pública à população residente no semiárido paraibano. Esta pesquisa tem como objetivo central examinar em que medida a instalação do CDSA/UFCG contribuiu para um possível desenvolvimento regional, para isso, buscou-se analisar a geração de emprego e renda e as categorias das empresas locais. Para a execução da pesquisa, o trabalho proposto abordou a análise de indicadores socioeducacionais e econômicos, estendendo-se de 2010 a 2015, mediante consulta à bancos de dados governamentais. Observa-se que o CDSA constitui-se como um importante ente fomentador de transformações sociais e delineador de novas relações econômicas.

Palavras-Chave: Educação superior, desenvolvimento regional, emprego e renda.

ABSTRACT

The internalization of the universities was mainly aimed at the expansion of federal university centers and the creation of new opportunities. From this scenario, the Center for the Sustainable Development of the Semi - Arid - CDSA was created in 2009 in the municipality of Sumé - PB, with the purpose of filling socioeconomic gaps and offering public higher education to the population living in the semi - arid region of Paraíba. This research aims to examine the extent to which the installation of the CDSA / UFCG contributed to a possible regional development, for this, we sought to analyze the generation of employment and income, the categories of local companies. For the execution of the research, the proposed work addressed the analysis of socio-educational and economic indicators, extending from 2010 to 2015, through consultation with governmental databases. It is observed that the CDSA is an important entity that foment social transformations and delineates new economic relations.

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

Keywords: Higher education, regional development, employment and income.

1 INTRODUÇÃO

A interiorização das universidades, sobretudo a partir da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, Programa do Governo Federal instituído pelo decreto presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, visou à expansão dos centros universitários federais, a movimentação de diversas economias locais e a criação de novas oportunidades aos moradores afastados dos grandes centros urbanos – locais estes, que por muito tempo, foram o foco das políticas de educação superior no país.

O processo de interiorização das universidades federais a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, facilitou o acesso de pessoas a cursos de ensino superior em diversas regiões do Brasil. Tal política pública implementada pelo Governo Federal a partir de 2008, cujo objetivo era criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, à nível de graduação, tanto viabilizou a criação de centros de ensino superior no interior dos estados brasileiros, como também, fomentou a abertura de novos cursos nos campus já existentes.

Visando o desenvolvimento da região do cariri paraibano e objetivando suprir lacunas educacionais históricas a partir da ampliação das possibilidades de acesso à universidade- devido à baixa média de estudantes caririzeiros que tinham oportunidades de ingressar no ensino superior - a UFCG teve mais um projeto de expansão aprovado e executado já em 2009, dessa vez, no município de Sumé.

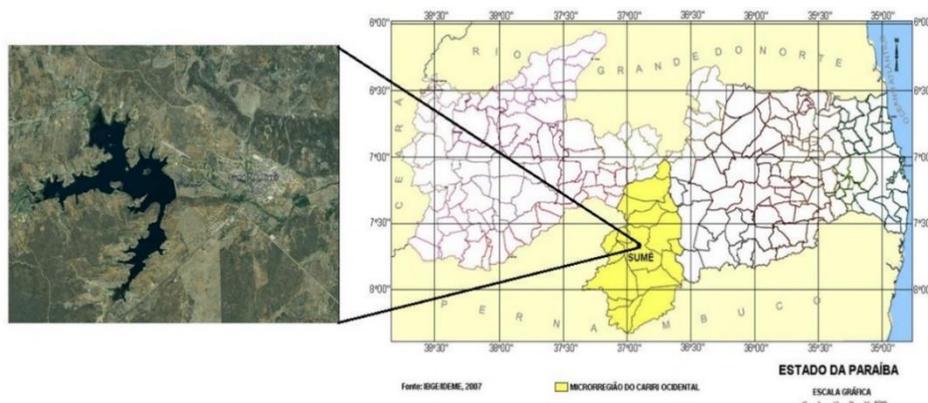
O campus de Sumé, em uma análise específica, estrutura-se a partir da compreensão de que deveria existir um centro focado no desenvolvimento sustentável do semiárido, considerando suas potencialidades econômicas, produtivas, seus desafios e vulnerabilidades ambientais, sociais e educacionais. Dada sua posição geográfica estratégica, a cidade tem a capacidade de aglutinar com eficácia pessoas de diversos municípios circunvizinhos da região do cariri, sendo este, um fator preponderante à construção de uma unidade da UFCG.

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

O Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA foi criado com o objetivo de atender às demandas dessa região do semiárido por ensino superior e também fixação dos habitantes dessa região. Sendo assim, por meio do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA, a cidade passou a dispor de cursos nas áreas de conhecimento que envolve as ciências agrárias, humanas e exatas – Tecnólogo Superior em Agroecologia, Tecnólogo Superior em Gestão Pública, Educação do Campo, Ciências Sociais, Engenharia de Produção, Engenharia de Biosistemas e Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos.

Sobre o município em questão, de acordo com dados do IBGE (2010) Sumé – PB, (Figura 1), dispõe de uma área de 838,071 km² e possui 16.060 habitantes, a renda da população fundamenta-se essencialmente da agricultura com economia voltada ao setor agropecuário, com a produção de hortaliças – tomate, alface, coentro, entre outros - e da empregabilidade gerada pelo poder público municipal, estadual e federal.

Figura 1 - Localização do município de Sumé na microrregião do Cariri Ocidental, no semiárido paraibano



Fonte: LACERDA et al., (2015).

No que se refere a indicadores sociais e econômicos do município, segundo dados do Atlas Brasil (2013), a proporção de pessoas pobres, com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00, passou de 74,26%, em 1991, para 56,35%, em 2000, e para 30,91%, em 2010.

Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 31,24% eram analfabetos, 28,82% tinham o ensino fundamental completo, 20,13% possuíam o ensino médio completo e 5,01%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%,

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

50,75%, 35,83% e 11,27%. Ainda no ano de 2010, sobre indicadores de Trabalho, a população acima de 18 anos, economicamente ativa e desocupada era de 7,9% (ATLAS BRASIL, 2013).

É sob esse cenário de disparidades e atrasos econômicos e sociais que o CDSA se instala, com uma proposta de transformação social, de criação de oportunidades educacionais e melhoria da qualidade de vida, sobretudo aos camponeses e à população residente na região do cariri paraibano.

No semiárido, a educação, atributo essencial ao desenvolvimento humano do indivíduo, apresenta *déficits* históricos, os quais situam o cariri paraibano em condições precárias – tanto em termos numéricos, com possibilidades de acesso e participação, quanto em termos de qualidade do ensino e adequação pedagógica à realidade encontrada na região do semiárido.

O CDSA estrutura-se a partir da necessidade de que seja construído um novo modelo de desenvolvimento para o semiárido, fundamentado sob um conjunto de políticas públicas eficientes voltadas para a convivência com a estiagem - característica do cariri paraibano, ao apresentar baixas precipitações pluviométricas durante o ano, quando comparada com outras microrregiões da Paraíba - e que sejam capazes de promover o desenvolvimento regional com tecnologias apropriadas para este Bioma exclusivo do Nordeste brasileiro.

Nesse sentido, diante do exposto, a intenção central da pesquisa é buscar responder a seguinte questão: até que ponto a instalação do CDSA fomentou um possível desenvolvimento da região do cariri paraibano, especialmente no município de Sumé – PB?

A partir deste questionamento principal, variáveis específicas podem ser levantadas, fomentando a criação de novas perguntas: qual o impacto do CDSA na geração de emprego e renda? Considerando a região do Cariri Paraibano, sobretudo, os municípios de Sumé e Serra Branca, em caráter comparativo, houve alteração na relação entre empresas, empregados e empregadores? Em qual possível medida o CDSA foi agente de transformação social e qual sua implicação para este lugar?

2 METODOLOGIA

Para a execução da pesquisa, o trabalho proposto deu-se considerando aspectos geográficos, econômicos e sociais. Onde, a partir da análise de aspectos qualitativos e quantitativos, inerentes à cidade de Sumé, buscou-se avaliar como a implantação da Universidade Federal de Campina Grande,

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

por meio do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, influenciou um possível desenvolvimento da região do cariri paraibano, sobretudo no município de Sumé – PB.

No tocante à coleta de dados, a metodologia do trabalho abordou a captação de dados secundários que viabilizaram uma análise temporal abrangente, estendendo-se de 2010 a 2015 a qual envolveu as informações disponíveis no portal eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, possibilitando o conhecimento sobre aspectos econômicos e sociais da população, tais como: renda, densidade demográfica, educação e faixa etária. Os dados disponibilizados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE promoveram o conhecimento sobre o número de empreendimentos criados no município e suas respectivas áreas de atuação, além de características peculiares sobre a capacidade econômica e do potencial empreendedor, capazes de aquecer a economia local, diversificar serviços e ampliar oportunidades.

Após a coleta das informações em bancos de dados nas fontes supracitadas, as informações registradas sobre o município de Sumé, foram correlacionadas com os dados do município de Serra Branca, levando em conta uma análise comparativa e referenciada dos dados a serem avaliados e discutidos.

A partir dos dados coletados, foi possível aplicar inferências, elaborar gráficos, quadros, realizar comparações e avaliações, tendo como base as diversas informações de indicadores que buscam apresentar as variações dinâmicas de fatores socioeconômicos durante determinado período.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O termo Políticas Públicas pode ser expresso a partir da caracterização dada por Rodrigues (2010), ao afirmar é o processo em que diversos grupos, cujos interesses divergem, tomam decisões coletivas que direcionam a sociedade. O funcionamento da máquina pública de forma eficaz e eficiente envolve a análise da governança, - termo que para Pereira (2012) traduz-se na capacidade que os governos têm de elaborar e implementar políticas públicas. O alcance de altos níveis de desempenho da máquina do Estado também implica na administração dos mecanismos que constituem a *policy arena* - expressão que Frey (2000) conceitua relacionando-se aos processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de política.

Da conjuntura político-administrativa, na década de 1990, ganharam destaque no Brasil os estudos voltados à análise das transformações, tais como fortalecimentos das instituições e os novos

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

formatos de participação política. Contudo, os estudos das políticas públicas – onde Dye (1984, *apud* Souza 2006, p. 24), simplificadamente conceitua políticas públicas como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” caracterizando-se como o Estado em ação – baseavam-se na análise constitutiva das políticas a partir do comportamento dos seus idealizadores e formuladores. Conforme observa Faria (2005), a visão metodológica adotada tinha um perfil *top-down*, onde as opiniões (*feedback*) dos beneficiários receptores das políticas não eram consideradas nos processos de implantação e avaliação das *policies*.

A necessidade de controle dos conflitos de interesses entre os diversos atores presentes no ciclo das políticas públicas apresenta-se como um elevado desafio ao sucesso das políticas e a viabilização da promoção do Estado de bem-estar social, fundamentado, portanto, na geração de *accountability* (transparência na utilização dos recursos públicos) e nos princípios da eficiência e da eficácia na formulação, implementação, avaliação e continuidade das políticas públicas bem sucedidas, às quais o Estado necessita.

Destarte, as desigualdades sociais só podem ser superadas através de políticas públicas que promovam transformação institucional, assistindo aos mais necessitados e à população desprovida de oportunidades de trabalho decentes, a qual se desgasta, condenada a viver em uma luta diária pela sobrevivência (SACHS, 2008).

Numa perspectiva desenvolvimentista, os autores Roberto & Bursztyn (2001), afirmam que conceituação sobre o que vem a ser o termo desenvolvimento, passa pela análise do processo histórico ocorrido no século XVIII. O termo desenvolvimento é associado à economia de regiões e de países. Com o processo de industrialização, começa a existir a busca pela expansão de atividades econômicas. Nesse cenário, a estrutura de funcionamento do poder público, tornam-se cada vez mais complexas, ampliando a responsabilidade do Estado na gestão do sistema econômico e na viabilização de garantias sociais.

Sachs (2008) destaca que as estratégias de desenvolvimento, para serem eficazes, necessitam dar resposta aos problemas mais pungentes de cada comunidade. Para tanto, deve-se garantir a participação dos diversos agentes (trabalhadores, empregadores, o Estado e a sociedade civil organizada) envolvidos no processo de desenvolvimento. O desenvolvimento incluyente ressaltado pela palavra “globalização” traduz a necessidade de aglutinar os excluídos e os incluídos. O fomento

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

das políticas de desenvolvimento abrange o empoderamento das comunidades e a abertura direta de espaços democráticos.

Conforme preceitua Brandão (2004, p. 71), em sua obra voltada a um desenvolvimento territorializado “é preciso buscar o crescimento e robustecimento da endogenia regional e local”. Ao considerar que o crescimento é manutenção de interesses, o autor considera que o processo de desenvolvimento deve ser entendido como enfrentamento de interesses, “a partir da legitimação política voltada para a implementação permanente de transferência de renda e riqueza intra e interregionais”.

Assim, Buarque (2008) enfatiza que o desenvolvimento local demanda mudanças institucionais que elevem a governabilidade e a governança das instituições públicas locais, incluindo o município, proporcionando uma relativa autonomia das finanças públicas e viabilizando estratégicos investimentos sociais na localidade. Deste modo, para entender o cenário atual e prever de forma eficiente os desafios futuros, é fundamental analisar como se dar o direcionamento das políticas públicas no âmbito local e quais as suas focalizações dentre as áreas de demandas sociais, bem como compreender o comportamento das instituições públicas e as *policy networks* (rede de políticas) onde para Frey (2000) podem ser compreendidas através de suas diversas relações de poder instaladas entre o Poder Executivo, o Poder Legislativo e a sociedade civil organizada sob suas variadas formas.

No entanto, tamanho descompasso enfrentado nos diversos municípios brasileiros demonstra a necessidade de uma profunda análise sobre a produção legal – etapa inicial do processo de formulação de políticas públicas – atividade esta, constantemente realizada pelos poderes Executivo e Legislativo, asseverada na Constituição Federal do Brasil e promulgada em 1988. Apesar de todas as políticas públicas implantadas no país, os problemas sociais, econômicos e ambientais, parecem não diminuir na mesma proporção em que seus poucos resultados positivos são alcançados.

Considerando a intersectorialidade e a regionalização, tem sido constatada a necessidade de que as definições de políticas públicas sejam alinhadas às características socioeconômicas que passam a diferenciar grupos. Desta forma, a implementação das políticas públicas deve considerar as particularidades regionais e as características da população a ser atendida (FERNANDES; CASTRO; MARON, 2013).

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

3.1 O papel das pequenas cidades na promoção do desenvolvimento regional

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), pode-se afirmar, que nas duas últimas décadas o Cariri Paraibano urbanizou-se mais do que a média dos municípios do estado. Com a maior concentração de pessoas, em zonas consideradas urbanas, aumentam-se as necessidades de políticas que atentem às novas formas de sociabilidade. Sendo assim, aos governos são direcionadas e ampliadas demandas, ao mesmo tempo em que se exige competência para garantir o crescimento e desenvolvimento sustentável das cidades e o desenvolvimento social e econômico das famílias.

Por conseguinte, as cidades, a exemplo de Sumé, passam a ter importante papel na conjuntura social, tendo participação decisória para a melhoria nos índices de qualidade de vida e nas atividades de produção e consumo. Porém, ao atrair e multiplicar suas populações, estes ambientes perdem a capacidade de ampliação de postos de trabalho e de absorção de novas pessoas no mercado de trabalho, desaguando em exclusões e intensificação das lutas de classes, que passam a reivindicar acesso aos meios de consumo e participação no mercado de trabalho. Destarte, o desenvolvimento passa a ser identificado com a possibilidade de as pessoas viverem com a garantia de direitos civis e políticos, executando o estilo de vida que livremente escolheram para si.

A redução das desigualdades constitui-se como um essencial fator de transformação regional, a política de transferência de renda e riqueza surge como um mecanismo desenvolvimentista a ser executado pelo Estado. No entanto, vale ressaltar que para a promoção do desenvolvimento e redução das desigualdades sociais, as transferências de renda entre as classes, devem promover a ampliação de oportunidades e serem pautadas numa perspectiva de enfrentamento de interesses individuais – gerando conflitos, demonstrando heterogeneidades e desfazendo estruturas hierárquicas dominadoras.

De acordo com Fernandes (2004, p. 296):

O desenvolvimento não é qualquer tipo de transformação estrutural interna: é a mudança social que, além de destruir os laços da dependência para com o exterior, permite àquela sociedade a conquista de semelhante posição de autonomia cultural relativa, no seio de uma certa configuração civilizatória em crescimento.

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

Tem-se, portanto, o desenvolvimento como crucial papel transformador que busca romper com os laços de dependência e promover conquistas sociais que possibilitem uma autonomia cultural que esteja inserida em um processo social de crescimento.

Brandão (2010) argumenta que o processo de desenvolvimento exige elevação da conflitualidade, da dinâmica de ação das facções das classes sociais, da identificação dos sujeitos sociopolíticos portadores da capacidade de decisão transformadora. Para isso, é crucial a análise das hegemonias, dos poderes e das hierarquias, construindo mediações diversas envolvendo as áreas sociais, políticas, financeiras, geoeconômica, inter-regionais.

Desse modo, para a estruturação do desenvolvimento regional cabe o entendimento precípua de que o crescimento e o desenvolvimento caminham sobre trilhos políticos distintos. A promoção do crescimento dar-se através da manutenção de interesses dos diversos atores e da satisfação de importantes grupos e classes sociais para a manutenção de governos no poder. A proposta de desenvolvimento, no entanto, vai de encontro aos interesses pessoais, e busca mediante políticas públicas, romper antigos paradigmas arraigados na sociedade, através da busca pelo cumprimento do princípio da isonomia – tratando igualmente e os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que se desigualam – e da geração de oportunidades sociais àqueles que doutro modo, não teriam tamanha oportunidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizando uma análise comparativa sobre informações arrecadatórias e econômicas, enviadas anualmente pelas prefeituras, por meio das informações presentes no Núcleo de Inteligência Territorial – NIT/SEBRAE, tem-se a exposição de gráfico, sob uma análise comparativa entre os municípios de Sumé e Serra Branca, os quais possuem porte e características semelhantes - tais como proximidade dos índices populacionais e de indicadores de desenvolvimento, localização geográfica, comum demanda por serviços públicos em áreas essenciais, na saúde, educação, segurança, dentre outras.

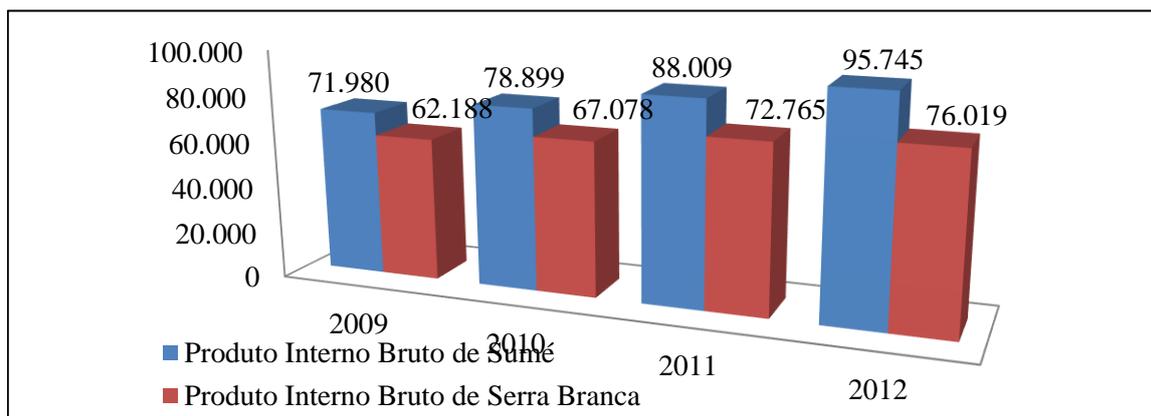
No que se refere aos dados disponíveis no Gráfico 1 sobre o Produto Interno Bruto – PIB, que é a soma de todas as riquezas produzidas pelos municípios de Sumé e Serra Branca, constata-se que em todos os anos houve aumento do PIB, com a preponderância do município de Sumé durante toda a faixa temporal avaliada.

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

Desse modo, chama-se atenção às disparidades na Produção Interna Bruta durante cada ano avaliado. Em 2009 e 2010, a diferença foi de R\$ 9.792,00 e de R\$ 11.821,00 respectivamente. Já nos anos seguintes, essa disparidade produtiva torna-se ainda mais evidente, sendo de R\$ 15.244,00 em 2011 e de R\$ 19.726,00 em 2012.

Alcançando uma proporção de crescimento anual para o município de Sumé de 13,60% em 2009, 14,98% em 2010, 17,32% em 2011, e 20,60% em 2012, quando comparado com o município de Serra Branca no mesmo período. Tais dados salientam que o município de Sumé apresenta uma dinâmica de produção interna bruta que segue um ritmo próprio, a qual pode estar ligada a determinadas e específicas políticas de desenvolvimento e/ou a outros aspectos locais e produtivos existentes nesse município. Por sua vez, esse comportamento é mais intenso ou difere-se da dinâmica interna bruta produzida ou executada no município de Serra Branca.

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto a Preços Correntes (Mil Reais) – Sumé e Serra Branca



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, 2016.

Quanto à massa salarial gerada pelo total das empresas e Micro e Pequenas Empresas – MPE, o Quadro¹ 1 e o Quadro 2, apresentam os dados referentes aos municípios de Sumé e Serra Branca, respectivamente. Por meio de uma classificação entre MPE e Total de empresas, expõem-se as massas salariais geradas por estes empreendimentos entre os anos de 2010 a 2013.

¹ Para a análise da massa salarial gerada no total das empresas e MPEs, registrou-se apenas as informações de 2010 a 2013 devido a escassez de dados consolidados localizados nos diversos portais governamentais, além de outras instituições credenciadas e legitimadas, as quais compõem o Terceiro Setor. Tal explicação também se estende à análise do município de Serra Branca sobre o mesmo objeto.

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

Avaliando o montante salarial gerado em Sumé por meio de MPEs e o total de empresas, de acordo com o Quadro 1, tem-se que a maior intensidade de crescimento foi registrada de 2010 para 2011, período onde o crescimento da massa salarial gerada pelo total de empresas foi de R\$ 875.393,00 para R\$ 1.145.677,00 em 2011, apresentando, portanto, uma variação de 30,88%, nesse período. Nos anos seguintes, quando comparado com os dados de 2010 e 2011, a variação total, sinalizou uma redução, mantendo-se em 8,12% em 2012 e em 10,35% em 2013. A média de variação para todo o período analisado foi de 16,45%; nos quatro anos avaliados, isso representou uma ampliação na massa salarial local que possibilita reconfigurações nos padrões e dinâmicas sociais, além de mudanças na qualidade de vida da população.

Tamanho crescimento e posterior desaceleração nos níveis de variação total podem ser explicados por: incentivos fiscais – Federais, Estaduais e/ou Municipais – para a abertura de empresas e MPEs na região; positivo cenário econômico vivido pelo país e/ou pelo município de Sumé, mais intensamente entre os anos de 2010 e 2011, e em menor medida sobre os anos de 2012 e 2013. Tal elevação na massa salarial gerada em Sumé, pode-se ainda ser analisada levando em consideração os investimentos estatais, sobretudo, àquelas provenientes de políticas públicas federais, implantadas em Sumé e na região do cariri paraibano, especialmente na última década.

Destaca-se ainda, no Quadro 1, sobre a massa salarial gerada no total de Empresas e MPE no município de Sumé, a variação e ampliação de Micro e Pequenas Empresas – MPE no município, especialmente, nos anos de 2011 e 2012, a qual apresentou uma positiva variação 36,16% e 23,91%, respectivamente.

Tamanho crescimento na massa salarial entre os anos de 2011 e 2012 posiciona as MPEs em um patamar de contribuição sobre o total gerado, de 21,31% em 2011, 24,42% em 2012 e 23,35% em 2013, demonstrando assim, a relevância e o papel fundamental das Micro e Pequenas Empresas no aquecimento da economia e na participação financeira gerada no município de Sumé, dentre outros fatores.

Quadro 1 - Massa salarial gerada no total das Empresas e MPE

Ano	Sumé - PB
-----	-----------

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

	Total em Reais (R\$)	% Variação Total	MPE	% Variação MPE	% Contribuição MPE
2010	875.393,00		179.312,00		20,48%
2011	1.145.677,00	30,88%	244.158,00	36,16%	21,31%
2012	1.238.676,00	8,12%	302.529,00	23,91%	24,42%
2013	1.366.860,00	10,35%	319.229,00	5,52%	23,35%
Média da Variação	16,45		21,86		

Fonte: Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, SEBRAE, 2016.

A respeito da massa salarial gerada no total das Empresas e MPE no município de Serra Branca, segundo o Quadro 2, tem-se que a dinâmica de crescimento da massa salarial produzida, concentrou-se mais fortemente entre os anos de 2012 e 2013, com uma positiva variação total de 22,60% e 14,18%, respectivamente. Com reduzida variação total em 2011, sendo de apenas 0,64%. Quando comparado com os dados apresentados no Quadro 1, sobre o município de Sumé, é colimado que a massa salarial gerada em Serra Branca, além de apresentar uma média de variação total menor para todo o período analisado, a qual chegou a 12,47%, exibe uma dinâmica de crescimento de variação, diferente da ocorrida no município de Sumé.

Em Serra Branca, a massa salarial manifestou suas maiores variações de índices entre os anos 2012 e 2013, períodos em que o município de Sumé, apresentara uma contração em suas taxas de variação total para esse mesmo período. O mesmo comportamento ocorre quanto à variação de Micro e Pequenas Empresas - MPE nos anos avaliados. Serra Branca teve maior participação da massa salarial gerada por MPEs nos anos de 2012 e 2013, sendo uma variação de 22,29% em 2012 e de 31,77% em 2013.

A contribuição das MPEs para o total da massa salarial gerada no município de Serra Branca entre os anos de 2010 a 2013, chegou a uma média de 17,48%, reiterando, com isso, o papel importante das MPEs no cenário local.

As informações apresentadas no Quadro 2, sobre o município de Serra Branca, expressam, além de um ritmo de crescimento menor dessa cidade avaliada, que as maiores concentrações,

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

crescimentos e participações na produção de massa salarial produzida, apresentou suas positivas variações em períodos distintos daqueles mostrados no município de Sumé. Como efeito, para esse comportamento, pode-se considerar, além de possíveis incentivos fiscais do governo – Federal, Estadual e/ou Municipal – para esse período específico, entre 2012 e 2013, o movimento e as reações naturais inerentes ao desenvolvimento de políticas públicas locais, as quais demonstraram um fluxo e um tempo de resposta mais longo, quando comparado com os dados e informações sobre a massa salarial gerada no total das empresas e MPE no município de Sumé.

Quadro 2 - Massa salarial gerada no total das Empresas e MPE

Ano	Serra Branca - PB				
	Total em Reais (R\$)	% Variação Total	MPE	% Variação MPE	% Contribuição MPE
2010	644.593,00		99.413		15,42%
2011	648.741,00	0,64%	112.345,00	13,01%	17,32%
2012	795.373,00	22,60%	137.390,00	22,29%	17,27%
2013	908.192,00	14,18%	181.042,00	31,77%	19,93%
Média da Variação		12,47		22,36	

Fonte: Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, SEBRAE, 2016.

Diante das informações disponibilizadas no Gráfico 02, observa-se a relação do número total de empregos gerados e, especificamente, o número de empregos gerados por Micro e Pequenas Empresas localizadas no município de Sumé e Serra Branca. Em uma análise comparativa avaliou-se os dados apresentados sobre o município de Serra Branca atinente aos mesmos indicadores, durante o período de 2010 a 2013.

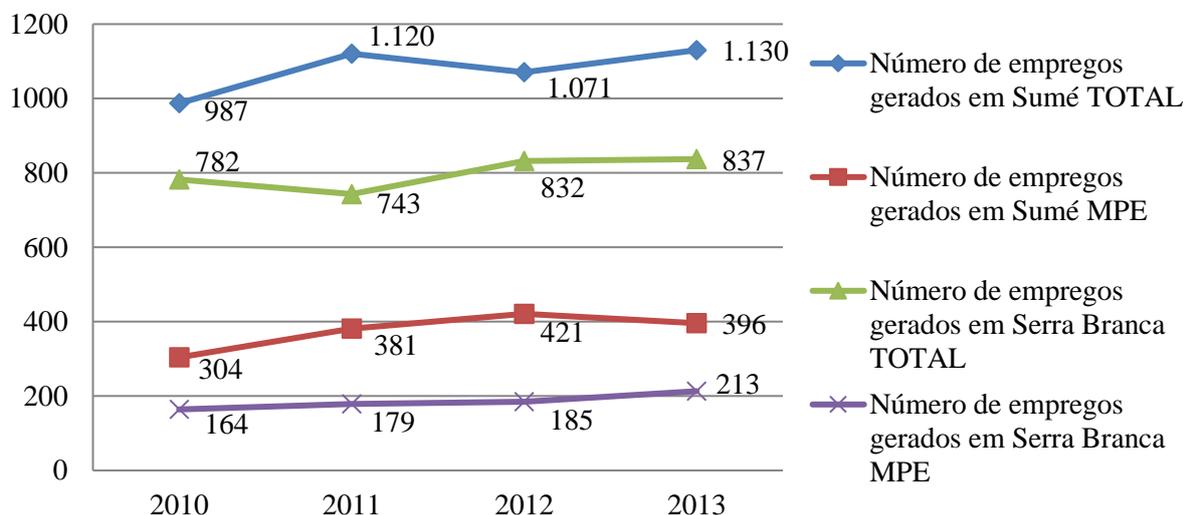
No tocante ao número de empregos gerados pelas MPEs, verifica-se a importante parcela na participação empregadora que esses empreendimentos apresentam nos municípios avaliados. Onde, Sumé, registra uma intensificação maior desse número de empreendimento entre os anos de 2011 e

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

2012. E Serra Branca, apresentando um número menor de MPEs quando comparada com Sumé, exibe uma maior regularidade nos índices de crescimento destes empreendimentos a cada ano.

O número de empregos totais gerados em Sumé e em Serra Branca, leva em consideração além das MPEs, outros tipos de empresas existentes no município como Sociedades Limitadas, Empresário Individual – EI, Sociedades Anônimas – S.A.², Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI³, dentre outras. Para estes dados, analisando os anos de 2010 e 2011, enquanto o município de Sumé teve um crescimento de 13% no número de empregos gerados, Serra Branca, apresentou uma redução de 4,98%. Os dados totais do número de empregos gerados em Sumé e em Serra Branca expressam oscilações que situam o município de Sumé com um total de 1.017 empregos gerados em 2012 e 1.130 em 2013. Por sua vez, Serra Branca manteve-se com 832 e 837, número de empregos gerados, entre 2012 e 2013, respectivamente.

Gráfico 02 - Número de Empregos Gerados no Total dos Estabelecimentos e Micro e Pequenas Empresas – MPE



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, 2016.

² Tipo de empresa regulamentada pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>.

³ Regulamentada pela Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011, a qual dispõe sobre a alteração da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112441.htm>.

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

O Gráfico 03 representa o número de empresas optantes pelo Simples Nacional entre os municípios de Sumé e Serra Branca nos períodos de 2012 a 2015.

De acordo com o portal eletrônico da Receita Federal do Brasil (2016), o Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Para o ingresso neste regime é necessário o cumprimento das seguintes condições: i) enquadrar-se na definição de microempresa ou de empresa de pequeno porte; ii) cumprir os requisitos previstos na legislação; e iii) formalizar a opção pelo Simples Nacional.

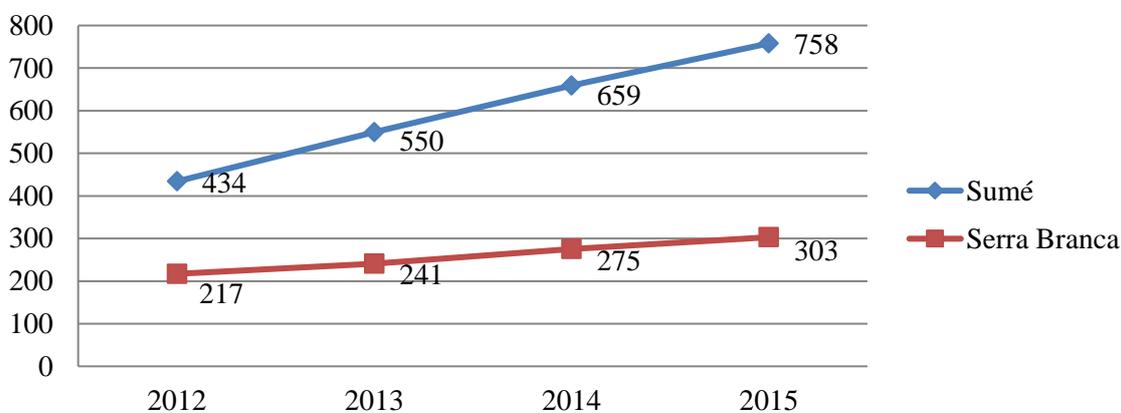
Analisando as informações presentes no Gráfico 03, percebe-se que desde 2012 – primeiro ano com dados disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência Territorial – NIT sobre essa questão – o município de Sumé apresenta o dobro de empresas optantes pelo Simples Nacional em seu município, seguindo um largo e crescente número de novas empresas optantes por esse modelo durante os anos subsequentes, chegando a 758 empresas com esse regime em 2015.

Sobre o mesmo período avaliado, o município de Serra Branca também apresenta uma variação crescente, no entanto, essa taxa de oscilação deu-se de 217 empresas optantes pelo Simples Nacional em 2012 obtendo até 303 empresas em 2015.

Tais dados demonstram que o ritmo de ampliação das empresas optantes por esse regime, bem como a demanda por serviços entre as cidades avaliadas, possui características peculiares que ensaiam uma justificativa, dentre possíveis outras, de que o município de Sumé vivenciou no período avaliado, uma expansão em seus índices de consumo e procura por novos bens ou serviços.

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

Gráfico 03 - Número de Empresas Optantes pelo Simples Nacional



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, 2016.

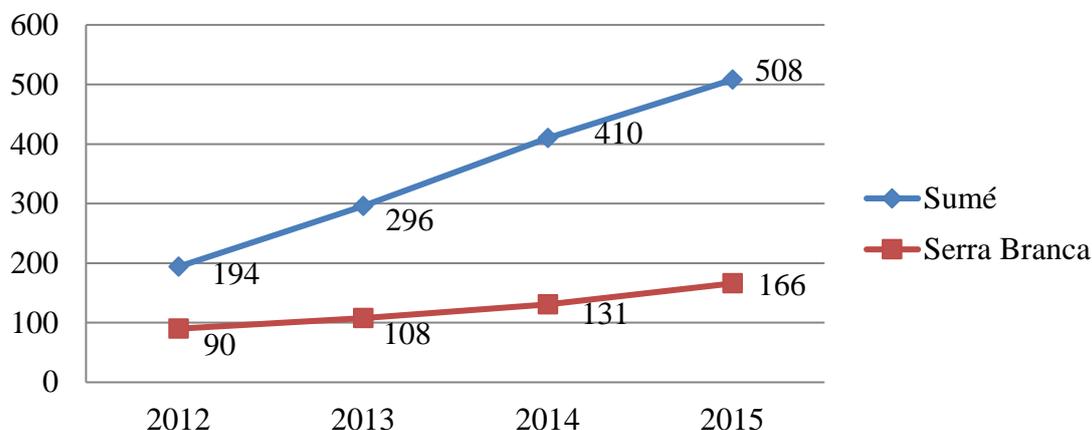
No que se refere ao número de Microempreendedores Individuais, Gráfico 04 salienta a quantidade de Micro Empreendedores Individuais – MEI registrados e localizados no município de Sumé e em Serra Branca.

Considerando para análise o total de informações disponibilizadas pelo Núcleo de Inteligência Territorial – NIT sobre essa variável, observa-se que o município de Sumé exerceu um superior ritmo de crescimento no tocante à expansão da categoria de MEIs em seu município, variando de 194 microempreendedores individuais em 2012 para 508 em 2015. Serra Branca, sob o mesmo período, passou de 90 MEIs em 2012 chegando a 166 em 2015.

Enfatizando, portanto, uma distinta cadência no que tange às questões econômicas e sociais dos municípios avaliados, as quais se relacionam intrinsecamente com determinados padrões de crescimento e geração de oportunidades, além da ampliação e efetividade de políticas públicas que promovam positivas transformações locais.

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

Gráfico 04 - Número de Microempreendedores Individuais



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, 2016.

É sobre esse cenário que o município de Sumé e Serra Branca, considerando o período analisado, se estruturam, no que diz respeito à geração de emprego e suas respectivas classificações em Micro e Pequenas Empresas - MPE, Simples Nacional, Microempreendedores Individuais – MI. A relação de crescimento, existente, sobretudo, quando analisa-se os dados do município de Sumé, passa a ser corroborada por uma conjuntura de transformações sociais e econômicas locais, que transpassa, portanto, pelas modificações estruturantes, via políticas públicas sociais e educacionais, a exemplo da expansão e interiorização de uma universidade federal naquela região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de expansão das universidades públicas federais por meio de uma política de geração e ampliação de oportunidades possibilitou o firmamento e reconstrução de novos cenários, os quais foram capazes de modificar contextos sociais e econômicos de regiões, a partir de ações governamentais voltadas às localidades desprovidas de determinados serviços públicos.

A análise dos diversos indicadores e áreas que versaram sobre as relações entre empresas e empregabilidade, além de informações sobre as dinâmicas financeiras e sociais do município analisado, possibilitaram uma visão sistêmica das composições e reformulações dos espaços que se integram e interagem sob a influência de um conjunto de políticas públicas, elaboradas e manifestas, especialmente, a partir dos anos 2000.

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

A implantação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA, demandou, principalmente no município de Sumé, uma série de ofertas de bens e serviços, os quais se multiplicaram e se distribuíram em diversos ramos e mercados locais. A geração de favoráveis circunstâncias à criação de novos mercados representou a ampliação e robustez de importantes áreas, a citar, por exemplo: o crescimento econômico promovido por novos panoramas e realidades que melhoraram os indicadores de emprego e renda; e as novas oportunidades educacionais geradas pela implantação do CDSA, que redefiniu e ampliou escolhas, absorvendo e fazendo com que estudantes e servidores públicos utilizem-se de bens e serviços na própria região caririzeira paraibana.

Pode-se analisar que a melhoria desses indicadores e realidades econômicas e sociais, deu-se em grande medida, pela instalação e participação ativa da universidade federal, pública e superior, instalada no município – fruto de uma integrada e sistêmica política federal de expansão, interiorização e promoção do desenvolvimento regional. Não obstante, tais variações não se apresentaram no município de Serra Branca, na mesma proporção que em Sumé. Sobre isso, mesmo diante de várias similaridades geográficas, populacionais e produtivas, dentre outras, infere-se que estes municípios encontram-se inseridos em diferentes cenários econômicos os quais possuem ritmo e dinâmicas particulares.

Desse modo, observa-se que, no município de Sumé, o CDSA constitui-se como um importante ente fomentador de transformações educacionais e delineador de novas relações econômicas e sociais. Tendo em vista que, dentre outros fatores, a geração de novas oportunidades, o acesso e disseminação de um ensino público, de qualidade e superior, além da redistributiva e crescente ampliação da vinculação: educação, emprego e renda, compuseram um ambiente de crescimento social e econômico, o qual é condição *sine qua non* no arranjo de um conjunto de categorias promotoras do desenvolvimento local.

A efetivação da política REUNI no Cariri Paraibano, representada pela atuação do CDSA, reitera um importante compromisso governamental de suprir lacunas educacionais, mediante a promoção de oportunidades àquela população caririzeira - localizada na cidade e no campo -, estendendo sua abrangência às regiões de entorno e a ainda a outros estados do país. Essa hercúlea capacidade proveniente de um centro de formação educacional, pública e superior, traz consigo características que possibilitam redesenhar cenários, remodelar aspirações e reacender objetivos, os quais podem, permanentemente, modificar a história de várias gerações.

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013. Rio de Janeiro: PNUD, IPEA. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sume_pb>. Acesso em: 31 jan. 2018.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BRANDÃO, C. A. Teorias, Estratégias e Políticas Regionais e Urbanas Recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/107/carlos_brandao.pdf> Acesso em: 02 dez. 2017.

_____. Desenvolvimento nacional, políticas regionais e o poder de decisão segundo Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento**, v.7, p.101-115, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 07 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 08 out. 2016.

BRASIL. Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 09 fev. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011. **Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12441.htm>. Acesso em: 08 jan. 2018.

FARIA, C. A. P. de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, nº. 59, p. 97-169, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a07v2059.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

FERNANDES, A. T.; CASTRO, C.; MARON, J.; Desafios para implementação de políticas públicas: intersetorialidade e regionalização. **VI Congresso CONSAD de Gestão Pública**, 2013. Disponível em:

SILVA, Allan Gustavo Freire da. **MONTENEGRO**, Rosilene Dias. AGRA, Nadine Gualberto. **Política de interiorização universitária e desenvolvimento: uma análise socioeconômica sobre índices de empregabilidade em sumé – pb, entre 2010 e 2015**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.12, n.3, p. 46-65, TRI III 2018. ISSN 1980-7031

<http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/2013/V_CONSAD/VI_CONSAD/025.pdf>.

Acesso em: 10 fev. 2018

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes: Sociologia crítica e militante**. Octavio Ianni (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2004. 512 p.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. nº 21. p. 211 - 260. jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de dados, Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=250073&search=paraiba>> Acesso em: 08 mar. 2018.

LACERDA, A. V.; BARBOSA, F. M.; DORNELAS, C. S. M.; GOMES, A. C.; LIMA, L. H. C.; SILVA, C. E. M.; O homem e o ambiente semiárido: um exercício educativo inserido no campo da biologia da conservação. In: SILVA, J. I. A. O. **Metodologias e práticas: experiências no Semiárido brasileiro**. Cachoeirinha: Everprint Indústria Gráfica Eireli - ME, 2015, Cap. 8, p.165-175.

Núcleo de Inteligência Territorial – NIT, SEBRAE, 2016. Disponível em: <<http://www.nit.sebrae.com.br/>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

PEREIRA, José Matias. **Manual de gestão pública contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012, 328 p.

RECEITA FEDERAL. **O que é o Simples Nacional?**. 2016. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=3>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

ROBERTO, S. B. Jr; BURSZTYN, M. Prudência e utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade. In: _____. **Ciência, ética e sustentabilidade**. Marcel Bursztyn (Org.). São Paulo: Corte, 2001.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 11 nov. 2016.